

03 NOV 1991

Crise alcança os parlamentares

A crise econômica chegou a níveis tão devastadores que não está poupando sequer os salários — subsídio e representação — dos deputados federais e senadores, fixados por eles mesmos no início de cada Legislatura. Eles são vítimas, também, da falta de uma política salarial do Governo já que os reajustes são feitos de acordo com os índices concedidos aos servidores públicos da União e estabelecidos pelo Poder Executivo. Calculando-se em dólar, deputados e senadores estão ganhando, hoje, 48,4 por cento menos do que ganharam em fevereiro passado, quando tomaram posse, e 59,4 por cento menos que os colegas da Legislatura anterior, quando da posse do presidente Fernando Collor, em março do ano passado. Essa não é a única fonte de renda da maioria dos parlamentares e muito menos a principal, mas, para muitos, a deterioração dos subsídios tem significado dívidas ou mesmo a dilapidação de algum patrimônio que possuíam antes de se eleger.

Não há dúvida de que Cr\$ 2 milhões, 602 mil e 960 bruto, somados o subsídio e a representação, compõem um salário muito alto para a maioria absoluta da população brasileira que os elegeu. Está, no entanto, tirando o sono daqueles que se dedicam exclusivamente às atividades parlamentares. Mandato não é emprego, é um cargo de representação e como tal exige despesas que não são comuns a qualquer cidadão. Uma campanha eleitoral para o Senado, hoje, pode custar algo em torno de 10 milhões de dólares. Ao contrário do que se comenta, não há mais ganhos indiretos ou "extras" — exceto em convocações extraordinárias — mas o pagamento de serviços inerentes à função em Brasília — um gabinete montado, funcionários, cotas de selos postais, telegramas, telex, fax e telefone, material de escritório, um apartamento funcional (ou auxílio moradia equivalente ao valor do aluguel de um imóvel similar) e transporte aéreo (quatro passagens mensais ida e volta ao estado de origem, uma delas via Rio de Janeiro). Em momento algum os valores correspondentes a essas despesas chegam aos parlamentares em espécie.

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO				DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO			
CAMARA / PARLAMENTAR 5 OUT 91				SENADO / PARLAMENTAR 5 OUT 91			
91166 JOSE THOMAZ DA S NONO NETO				00500 RONAN TITO DE ALMEIDA			
04913434420 00000000000 00000000000 02 00 00				00496316672 00000000000 00000000000 02 00 00			
DEPUTADO CARGO / FUNÇÃO NIV / REF BANCO AGÊNCIA NÚMERO DA CONTA				SENADOR CARGO / FUNÇÃO NIV / REF BANCO AGÊNCIA NÚMERO DA CONTA			
CAB-812 DEP. JOSE THOMAZ NONO				GABINETE DO SENADOR RONAN TITO			
025-0 SUBSÍDIO CL 1.529.371,90				001-0 SUBSÍDIO CL 1.529.371,90			
512-0 GRUPO BRAS UNIÃO INTERP 999 15.293,72				402-0 TAXA DE OCUPAÇÃO 999 23,00			
632-0 IPC - EMPRESTIMO ESPECIAL 007 108.666,66				405-0 TAXA DE CONSERVAÇÃO 999 1,00			
636-0 IPC - JUROS ESPECIAL 007 135.855,05				407-0 TAXA DE ENERGIA ELÉTRICA 001 9.536,45			
650-0 IPC - FUNDO ASSIST/CONTR 999 420,00				761-0 PARLAMENT LATINOAMERICANO 999 15.293,7			
825-0 FINANCIAMENTOS MÍTUOS 014 263.182,55				850-0 IPC - CONTRIBUIÇÃO CL 152.937,11			
887-0 IPC - CONTRIBUIÇÃO 999 152.937,19				852-0 IPC - PECULIO PARLAMENTAR 001 161.958,11			
899-0 IMPOSTO DE RENDA CL 344.108,00				898-0 IMPOSTO DE RENDA CL 344.108,61			
DATA DE ADMISSÃO 01/02/1983 BRUTO 1.529.371,90 DESCONTO 1.020.463,17 LÍQUIDO 508.908,7				DATA DE ADMISSÃO 01/02/1987 BRUTO 1.529.371,90 DESCONTO 623.858,19 LÍQUIDO 905.513,7			
* PAGAMENTO = 23/10/91. *** O ZELO PELO PATRIMÔNIO PÚBLICO É DEVER DO SERVIDOR. REALIZE O INVENTÁRIO NO PRAZO LEGAL: 01/10 A 30/11/91. ***							

Subsídios do deputado Thomas Nonô e do senador Ronan Tito: 60% menos que em 1989

Dos 503 deputados e 82 senadores calcula-se que chega a 50 por cento o número de parlamentares que não têm outra fonte de renda e que, portanto, vivem dos subsídios (Cr\$ 1 milhão, 529 mil e 371) e representações (Cr\$ 1 milhão, 73 mil e 588), brutos. — que, com os descontos (25 por cento de Imposto de Renda, Instituto de Previdência dos Congressistas e contribuições partidárias, que chegam a 30 por cento, sobre, em média, Cr\$ 1 milhão e meio para garantir o sustento da própria família, moradia e escritório no estado de origem, viagens para o interior, com transporte, hospedagem e alimentação.

Dever de ofício — Existem ainda as despesas não previstas. Por dever de ofício, é comum sobrar-lhes a conta do almoço ou jantar de trabalho, a passagem de volta de um eleitor perdido em Brasília, os custos de viagem para atender a um

convite em outro estado para reuniões, palestras, debates, entrevistas ou mesmo para ser paraninfo de turma de alguma universidade alhures. "São tantas as viagens que é como se sustentasse outra casa, além do apartamento funcional, em Brasília, e a minha casa em Recife", garante o deputado Roberto Freire (PCB/PE). O deputado Roberto França (PSB), também pernambucano, ainda paga aluguel para ter um apartamento em Olinda.

Como qualquer pai de família de classe média, é com o líquido que recebe de subsídio e representação que Roberto França paga a escola dos três filhos (Cr\$ 150 mil), aulas de natação (Cr\$ 51 mil), uma empregada doméstica em Brasília (Cr\$ 58 mil), outra em Olinda (Cr\$ 50 mil), faxineira (Cr\$ 20 mil), diarista (Cr\$ 25 mil), luz e gás em Brasília (Cr\$ 20 mil), supermercado (Cr\$ 300 mil), gasolina do seu

carro e da esposa (Cr\$ 50 mil), aluguel em Olinda (Cr\$ 200 mil), totalizando, em setembro, Cr\$ 924 mil. Restam-lhe os empréstimos que tirou no IPC — pagou, no mês passado, Cr\$ 367 mil de juros — e mais Cr\$ 190 mil para o partido. "Exercer um mandato sem outra fonte de renda está ficando inviável", reconhece o líder do Governo, Humberto Souto (PFL/MG).

Já os parlamentares que contam com outras rendas garantem seus compromissos. "O que recebo aqui fica aqui mesmo", informou o líder do PTB, Gastone Righi (SP), que possui três escritórios parlamentares que banca com o que ganha no seu escritório de advocacia. Tempo para exercer sua profissão? Conta com sócios, com os quais toma decisões por telefone ou nos fins de semana. Souto e Righi admitem que se não tivessem outras rendas não seriam deputados.